

ID: 106350326

24-07-2023

TRABALHO

Regularização massiva de precários gerou “confusão”. Como resolver?

Por um lado, muitas empresas que não cumpriram a obrigação de atualizar o vínculo dos trabalhadores no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Por outro lado, o Estado não cruzou todas as informações que tem, diz a bastonária da Ordem dos Contabilistas. Mas vai começar a fazê-lo nos próximos dias.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

O processo de regularização massiva de trabalhadores precários em situação irregular, que envolveu notificações a 80 mil empresas e 350 mil trabalhadores, está a apanhar situações em que os trabalhadores já estão regularizados, com contrato sem termo, segundo a bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC). O objetivo do Governo é acelerar a regularização através de um processo de cruzamento de dados, mas que, segundo Paula Franco, acabou por não cruzar tudo. Em todo o caso, a bastonária explica que para os cumpridores será fácil resolver.

Ao Negócios, Paula Franco explica que os problemas surgiram porque, por um lado, muitas empresas não cumpriram a obrigação de atualizar o vínculo dos trabalhadores na base de dados do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e/ou na Segurança Social. Por outro lado, porque a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) não cruzou todos os dados do FCT com os dados por vezes mais atualizados pelas empresas junto da própria Segurança Social.

As questões foram colocadas pelo Negócios depois de a bastonária ter feito uma comunicação aos seus associados, na sexta-feira, durante a qual explicou que o processo está a gerar “muita confusão” devido a “conflitos de informação”. A bastonária da OCC procurou “acalmar” os contabilistas explicando que há tempo até 10 de setembro para corrigir tudo e que nos próximos dias a ACT já vai cruzar mais informação.

Indo por partes. Em abril do

ano passado, a Segurança Social passou a exigir que as empresas comuniquem o vínculo de todos os trabalhadores. O prazo para comunicar o dos mais antigos (admitidos antes de abril de 2022), que estava previsto para dezembro de 2022, acabou por ser adiado para março deste ano. Só que “uma percentagem muito grande de empresas” não o fez.

Muitas outras não cumpriram ao longo dos anos a obrigação de atualizar o vínculo dos trabalhadores no Fundo de Compensação do Trabalho, que abrange os trabalhadores contratados desde 2013, embora essa comunicação seja obrigatória, diz também a bastonária.

Ora, quando avançou para esta ação massiva destinada a detetar e regularizar os trabalhadores que estejam, por exemplo, há mais de dois anos com um contrato de trabalho a termo certo – o que implica a integração nos quadros – e, na falta de informação completa da base de dados da Segurança Social, que não tem o histórico, a ACT foi buscar informação à base de dados do Fundo de Compensação do Trabalho, que esteve ativa até maio.

“A generalidade das notificações estão a existir porque as empresas não atualizaram os vínculos no FCT, mesmo que tenham atualizado na Segurança Social”, informando que o contrato é sem termo, explica Paula Franco. “E a Segurança Social não cruzou os dados do FCT com os que já tem no seu sistema”. Assim, uma empresa pode até ter um trabalhador nos quadros, e ter comunicado isso mesmo no site da Segurança Social, mas se não comunicou ao FCT pode ter sido notificada.

“Deviam ter feito [previamente] os cruzamentos entre o FCT e a Segurança Social para ver se tudo bate certo, o que evitaria muitas situações de irregularidades identi-



Miguel Baltazar

O cruzamento de dados ainda não cruzou tudo, descreve a bastonária.

ficadas, que não são verdadeiras irregularidades, e ainda bem”. Esse cruzamento “é o que Segurança Social vai fazer agora. Acredito que só com isto 80% dos casos ficarão resolvidos”.

A bastonária dá conta de casos “residuais” – duas notificações – a empresas com tudo regularizado, o que não consegue explicar.

Quando a situação já está regularizada, as empresas têm apenas de atualizar o vínculo do trabalhador na Segurança Social Direta, sem necessidade de outras comunicações, nem sequer ao FCT.

Já as empresas que têm efetivamente o trabalhador em situação ilegal poderão regularizar a situação até dia 10 de setembro “sem

qualquer consequência”.

Inspeção do Trabalho vai controlar despedimentos
Questionado sobre as críticas da bastonária, o Governo lembra apenas que esta ação só terá consequências a 10 de setembro.

“Esta ação foi para regularização pelos empregadores dos vínculos dos seus trabalhadores, combatendo a precariedade. Fizemos uma comunicação massiva a todos aqueles cujos dados indiciam que há um vínculo irregular por incumprirem os limites máximos de duração dos contratos a termo. Quando chegarmos a 10 de setembro será verificado quais os empregadores que persistem no incumprimento, sendo então notificados do início da instrução do processo inspetivo”, responde fonte oficial do Ministério do Trabalho (MTSSS), que tutela todas estas entidades.

“Todos os trabalhadores identificados nesta ação podem estar tranquilos porque a ACT acompanhará o processo de regularização até ao fim e também acompanhará qualquer tentativa de o empregador proceder ao despedimento, agindo de imediato”, acrescenta.

Mais de metade das empresas já notificadas (51%) tem apenas um contrato por regularizar. Outro grande grupo (43%) tem de 2 a 9 contratos. E 0,8% – serão mais de 600 empresas – terão mais de 50 trabalhadores por regularizar. ■

“

A Segurança Social não cruzou os dados do FCT com os que já tem no seu sistema. Devia tê-lo feito. É o que vai fazer agora.

PAULA FRANCO
Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados

Quando chegarmos a 10 de setembro será verificado quais os empregadores que persistem no incumprimento. A ACT acompanhará qualquer tentativa de despedimento.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
Fonte oficial

”